



Estado de São Paulo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**



**RELATÓRIO**

**PROJETO DE LEI Nº 171 DE 2025**

*Institui, no âmbito do Município de Mogi Mirim, a “Semana da Valorização da Consciência Negra”, e dá outras providências.*

**RELATOR: WILIANS MENDES DE OLIVEIRA**

---

**I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA EM EXAME**

O Projeto de Lei nº 171 de 2025, de autoria do Vereador Ernani Luiz Donatti Gragnanello, propõe a instituição da “Semana da Valorização da Consciência Negra” no calendário municipal, a ser realizada anualmente na semana do dia 20 de novembro.

O objetivo da proposta é promover a conscientização acerca da história, da cultura e da identidade afro-brasileira, bem como combater o racismo e todas as formas de discriminação racial, valorizar a diversidade étnico-racial, incentivar ações educativas e culturais e divulgar a memória de Zumbi dos Palmares e de outros líderes históricos.

O artigo 1º institui, no âmbito do Município de Mogi Mirim, a “Semana da Valorização da Consciência Negra”, a ser comemorada anualmente na semana do dia 20 de novembro.

O artigo 2º estabelece os objetivos da Semana, quais sejam: promover a conscientização sobre a história e a identidade afro-brasileira; combater o racismo; valorizar a diversidade étnico-racial; incentivar ações educativas e culturais; e divulgar a memória de importantes líderes.



Estado de São Paulo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**



O artigo 3º autoriza o Poder Público a promover, em parceria com entidades do movimento negro, escolas, associações culturais e demais organizações da sociedade civil, atividades como debates, palestras, apresentações culturais, feiras literárias, exposições e ações educativas nas escolas, em consonância com a Lei Federal nº 10.639/2003.

O artigo 4º dispõe que as atividades poderão ser organizadas de forma conjunta entre os órgãos da administração municipal, instituições de ensino, entidades culturais e movimentos sociais, de acordo com as possibilidades orçamentárias e estruturais do Município. Prevê ainda a possibilidade de articulação de grupo de trabalho pela Secretaria de Cultura e Turismo, em conjunto com outras secretarias, com a participação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

O artigo 5º estabelece que as despesas decorrentes da execução da Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

O artigo 6º determina que a lei entra em vigor na data de sua publicação.

A justificativa do projeto fundamenta-se na relevância histórica e social do Dia da Consciência Negra, na necessidade de valorização da cultura afro-brasileira e no alinhamento com a Lei Federal nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar, visando contribuir para uma sociedade mais justa, inclusiva e livre de preconceitos.

---

## **II - CONCLUSÕES DO RELATOR**

### **a) Legalidade e Constitucionalidade**

O Projeto de Lei nº 171/2025 está amparado pela competência legislativa do Município, conforme estabelece o artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal, que confere aos Municípios a prerrogativa de legislar sobre assuntos de interesse local e complementar a legislação federal e estadual. Juntamente, com o art. 23, inciso X, da Constituição, que prevê a competência comum dos entes federativos para promover programas de educação e de preservação e difusão da cultura.



Estado de São Paulo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**



A criação de datas comemorativas, semanas temáticas e campanhas de conscientização constitui matéria de interesse local, sendo pacificamente reconhecida como possível por meio de iniciativa parlamentar, desde que não gere imposições diretas à estrutura administrativa do Poder Executivo, nem crie cargos, funções ou obrigações permanentes.

Neste sentido, observa-se que o projeto utiliza expressões de caráter autorizativo e facultativo, demonstrando respeito ao princípio da separação dos poderes (art. 2º da Constituição Federal) e à autonomia administrativa do Poder Executivo.

A respeito à responsabilidade fiscal, o art. 5º do projeto prevê que eventuais despesas correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, mantendo-se em conformidade com o artigo 167, inciso II, da Constituição Federal, e com os artigos 15 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

A proposta encontra fundamento nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, que asseguram o pleno exercício dos direitos culturais e a proteção das manifestações da cultura brasileira, bem como a Lei Federal nº 10.639/2003 e no Estatuto da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288/2010), que orientam políticas públicas voltadas à valorização da população negra e ao combate ao racismo.

Diante do exposto e com base nos fundamentos expostos, conclui-se que o Projeto de Lei nº 171/2025 atende os requisitos formais e materiais, demonstrando sua relevância social e legalidade, apto a regular tramitação.

**b) Conveniência e Oportunidade**

A proposta mostra-se altamente conveniente e oportuna, uma vez que a instituição da “Semana da Valorização da Consciência Negra” favorece o desenvolvimento de ações educativas, culturais e sociais voltadas à promoção da igualdade racial, ao respeito à diversidade e a valorização da história e cultura afro-brasileira.

No âmbito educacional, o projeto reforça a aplicação prática da Lei 10.639/2003, promovendo atividades pedagógicas que estimulam a reflexão sobre o papel da população negra na formação social, econômica e cultural do Brasil.



Estado de São Paulo

# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM



Sob o ponto de vista social, a iniciativa contribui diretamente para a conscientização coletiva a respeito do combate ao racismo e à discriminação, fortalecendo valores como respeito, empatia, inclusão e igualdade de direitos.

No aspecto cultural, a proposta incentiva manifestações artísticas, exposições, debates, rodas de conversa e valorização da memória de líderes históricos, como Zumbi dos Palmares, promovendo maior integração entre poder público e sociedade civil.

Importante destacar que a execução das atividades previstas é facultativa e condicionada às possibilidades orçamentárias e administrativas do município, o que garante viabilidade prática ao projeto, sem gerar impactos financeiros obrigatórios ou desproporcionais.

Portanto, a matéria revela-se não apenas legal e constitucional, mas também relevante e estratégica para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à igualdade racial e ao reconhecimento da pluralidade cultural no Município de Mogi Mirim.

---

### III - OFERECIMENTO DE SUBSTITUTIVO, EMENDAS OU SUBEMENDAS

Após análise detalhada do projeto o relator **não propõe emendas** ao texto do projeto. A decisão de não propor emendas baseia-se no entendimento de que o projeto, em sua forma cumpre com os seus objetivos.

---

### IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Justiça e Redação, por unanimidade, **aprova** o Projeto de Lei nº 171 de 2025, **sem emendas**, considerando-o **legal, constitucional e conveniente**.

---

**SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTTOLI”, em 04 de dezembro de 2025.**



Estado de São Paulo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**



*(assinado digitalmente)*

**VEREADOR WILIANS MENDES DE OLIVEIRA**

Relator

---

**REFERÊNCIAS**

1. **Consulta e Parecer Técnico Jurídico- UVESP**, reconhece que a instituição de uma semana temática “Semana da Valorização da Consciência Negra”, insere-se na competência do Município.
2. **Constituição Federal, Art. 2º**, que dispõe sobre a separação dos poderes.
3. **Constituição Federal, Art. 23º, incisos X**, competência comum para proteção e difusão da cultura.
4. **Constituição Federal, Art. 30, incisos I e II**, competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar legislação federal e estadual.
5. **Constituição Federal, Art. 167, inciso II**, que trata da vedação a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
6. **Constituição Federal, Art. 215 e 216**, que dispõe sobre o Estado garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional; e patrimônio cultural brasileiro.
7. **Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), Arts. 15 e 16**, dispõe sobre condições para geração de despesas públicas.
8. **Lei Federal nº 10.639/2003**, obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira.
9. **Lei Federal nº 12.288/2010**, Estatuto da Igualdade Racial, que estabelece diretrizes para a promoção da igualdade de oportunidades e o combate à discriminação racial.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 0W1N-DBCP-JCB9-A8WK



Estado de São Paulo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**



**PARECER DAS COMISSÕES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, ESPORTE E ASSISTÊNCIA SOCIAL E FINANÇAS E ORÇAMENTO AO PROJETO DE LEI Nº 171 DE 2025 DE AUTORIA DO VEREADOR ERNANI LUIZ DONATTI GRAGNANELLO.**

Seguindo o Voto exarado pelo Relator e conforme determina o artigo 35,37 E 39 da Resolução nº 276 de 09 de novembro de 2010 as Comissões Permanentes de Justiça e Redação, Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Assistência Social formaliza o presente PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 171 de 2025.

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

*(assinado digitalmente)*

**VEREADOR WAGNER RICARDO PEREIRA**

Presidente

*(assinado digitalmente)*

**VEREADOR JOÃO VICTOR COUTINHO GASPARINI**

Vice-Presidente

*(assinado digitalmente)*

**VEREADOR WILIAN MENDES DE OLIVEIRA**

Membro/Relator

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA, ESPORTE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

*(assinado digitalmente)*

**VEREADOR ERNANI LUIZ DONATTI GRAGNANELLO**

Presidente

*(assinado digitalmente)*

**VEREADOR EVERTON BOMBARDA**

Vice-Presidente

*(assinado digitalmente)*

**VEREADOR WILIAN MENDES DE OLIVEIRA**

Membro

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 0W1N-DBCP-JCB9-A8WK



Estado de São Paulo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**



**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

*(assinado digitalmente)*

**VEREADORA MARA CRISTINA CHOQUETTA**

Presidente

*(assinado digitalmente)*

**VEREADOR MARCIO DENER CORAN**

Vice-Presidente

*(assinado digitalmente)*

**VEREADOR MARCOS PAULO CEGATTI**

Membro

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 0W1N-DBCP-JCB9-A8WK



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



## Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=0W1NDBCPJCB9A8WK>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: 0W1N-DBCP-JCB9-A8WK**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 0W1N-DBCP-JCB9-A8WK